BAYER S.A.

São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Relatório da Administração

O Grupo Bayer

Fundado em 1863 na Alemanha, o Grupo Bayer é uma empresa global com competências nas áreas da saúde (Bayer HealthCare), ciências agrícolas (Bayer CropScience) e materiais inovadores (Bayer MaterialScience).

Sua história no Brasil é conhecida por mais de 116 anos de tradição. Tudo começou em 1896, quando dois consultores técnicos da Bayer desembarcaram no Rio de Janeiro com a missão de levantar as possibilidades comerciais da jovem República. Nesse mesmo ano foi fundada a primeira representante dos produtos Bayer no Brasil, a Walty Lindt & Cia. Devido ao grande sucesso, em 1921, foi fundada a Chimica Industrial Bayer Weskott & Cia, que além de importar e comercializar os produtos da Bayer alemã, iniciou a produção local de medicamentos, alavancada por Aspirina® e CafiAspirina®.

Hoje com 4.000 colaboradores em todo o País, a Bayer Brasil está entre as dez maiores operações do Grupo Bayer no mundo.

Atuação no mercado

A Bayer no Brasil é formada por três divisões de negócios:

Bayer HealthCare

Com produtos inovadores para a prevenção, diagnóstico e tratamento das mais diversas doenças, a Bayer HealthCare tem soluções completas, utilizando tecnologia de última geração, para a saúde humana e animal.

A Bayer HealthCare é formada por diferentes áreas de negócios. A principal é a área farmacêutica, a partir da comercialização de medicamentos com prescrição médica. Outra área é a Consume Care, de medicamentos isentos de prescrição. Diabetes Care e Saúde Animal também compõem o portfólio da Bayer HealthCare no Brasil e no mundo.

Bayer CropScience

Com um amplo portfólio de produtos e uma eficiente rede de pesquisa, a Bayer CropScience é líder mundial em defensivos agrícolas e controle de pragas não-agrícolas. Presente em mais de 120 países, as atividades mundiais da Empresa englobam os segmentos de Crop Protection (Proteção de Cultivos), voltado para o controle de ervas daninhas, doenças e pragas na agricultura; Environmental Science (Saúde Ambiental) que combina o controle profissional de pragas com os segmentos doméstico e de jardinagem; e BioScience (Biociência), que abrange os negócios de sementes convencionais e biotecnologia.

Bayer MaterialScience

Com a missão de transformar ideias em soluções criativas e inovadoras, a Bayer MaterialScience é especializada em polímeros e sistemas de alta tecnologia e fornece matérias-primas para a indústria de importantes mercados nacionais e mundiais. Entre seus principais clientes estão as indústrias automotivas, de construção civil, calçadista e moveleira, o setor de eletroeletrônicos e fabricantes de materiais esportivos e de lazer, embalagens e equipamentos médicos.

Resultados & Indicadores

A Bayer no Brasil registrou em 2011 receita líquida de R$ 4,293 bilhões (2010: 3,638 bilhões). A Bayer HealthCare, dedicada aos cuidados com a Saúde, registrou um salto de 36% de crescimento no período. Já a Bayer CropScience alavancou suas vendas em 9%, enquanto a divisão MaterialScience apresentou um incremento de 14% nas vendas.

Bayer: uma empresa guiada para o futuro

Os produtos e serviços da Bayer são projetados para beneficiar a população e melhorar sua qualidade de vida.

Guiada pelo lema "Science For A Better Life", a missão da Bayer resume suas metas, estratégias e valores. Hoje e no futuro, o foco da Bayer é a inovação e o crescimento nas áreas de saúde, ciências agrícolas e materiais inovadores.

O orçamento para Pesquisa & Desenvolvimento do Grupo Bayer, por exemplo, tem sido o maior da indústria química e farmacêutica na Alemanha já há vários anos. E o fortalecimento da capacidade de inovação da Bayer é uma área de especial foco. Dessa maneira, em 2011, o Grupo manteve os investimentos com Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) de aproximadamente 3 bilhões de euros.

As pesquisas estão concentradas na busca de soluções para os grandes desafios do futuro. Em 2050, a população mundial vai ultrapassar nove bilhões de pessoas. Paralelamente, a expectativa de vida das pessoas é cada vez maior. Isso significa que a necessidade de serviços de saúde também está crescendo, desde o diagnóstico até o tratamento de doenças. Com o aumento da população, também haverá uma demanda maior por alimentos de alta qualidade. Destaca-se ainda a necessidade de tornar mais eficiente o uso de energia e outros recursos, áreas nas quais a MaterialScience certamente pode contribuir.

No Brasil, a Bayer tem uma grande importância na área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Além de um Centro de Pesquisa e Inovação para a Bayer CropScience localizado em Paulínia (SP), a Bayer tem no Brasil laboratórios de pesquisa e a unidade de serviços técnicos da Bayer MaterialScience para atender toda a região América Latina. Na área de Saúde, o Brasil se destaca por ser o Centro Global de Farmacovigilância, atividade essencial para garantir a segurança dos produtos, além de participar de estudos clínicos para o desenvolvimento de medicamentos inovadores.

Pólo produtivo

A Bayer tem no Brasil importantes unidades de produção em suas três áreas de negócios: saúde, ciências agrícolas e materiais inovadores.

Em São Paulo está a sede da Empresa, no bairro do Socorro, zona sul da cidade. A unidade Cancioneiro, onde são produzidos os medicamentos da Empresa no Brasil, também está instalada na capital paulista.

Em Belford Roxo, na região da Baixa Fluminense, no Rio de Janeiro, está o Parque Industrial da Bayer, primeiro site de produção da Empresa no Brasil. No local são fabricados produtos da Bayer HealthCare, Bayer CropScience e Bayer MaterialScience.

Sustentabilidade e compromisso social

O Grupo é comprometido com os princípios do desenvolvimento sustentável e com o seu papel de empresa cidadã ética e socialmente responsável. Economia, ecologia e responsabilidade social compõem os objetivos da política corporativa e são igualmente importantes para a Empresa.

Por meio de redes nacionais e internacionais temos um papel ativo na fomentação do desenvolvimento sustentável. Um exemplo é o Global Compact, iniciativa das Nações Unidas da qual a Bayer é membro fundadora. Desde 1994 a empresa também tem um papel-chave no programa Atuação Responsável estabelecido pelas indústrias químicas, e que incentiva melhorias contínuas na segurança dos colaboradores e comunidades locais em questões de saúde e proteção ambiental, com padrões muitas vezes mais rígidos do que as legislações locais. A Bayer também é reconhecida como líder em redução de emissões de carbono por diversos organismos internacionais, como o *Dow Jones Sustainability World Index*, que premiou a Bayer com o título "*Best in Class*" várias vezes, e a incluiu no *Climate Leadership Index,* que é o primeiro índice mundial de proteção climática.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2011	2010
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	62.465	25.728
Contas a receber (Nota 4)	2.198.977	1.776.420
Estoques (Nota 5)	571.281	542.407
Impostos a recuperar (Nota 6)	94.216	57.810
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	5.185	33.184
Outros ativos	54.459	48.063
	2.986.583	2.483.612
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira vinculada	1.217	4.285
Contas a receber (Nota 4)	15.500	34.214
Impostos a recuperar (Nota 6)	15.354	12.440
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	315.472	435.527
Depósitos judiciais	113.168	58.703
Plano de pensão (Nota 16(a)	79.350	93.526
	540.061	638.695
Investimentos (Nota 9)	22.215	2.158
Imobilizado (Nota 10)	483.346	437.947
Intangível (Nota 11)	33.506	21.760
	539.067	461.865
	1.079.128	1.100.560
Total do ativo	4.065.711	3.584.172

Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
Circulante		
Fornecedores		
No País	143.295	86.794
No exterior	4.500	7.086
Sociedades ligadas (Nota 8)	927.265	243.127
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	188.268	158.092
Salários e encargos sociais	145.661	116.228
Impostos e contribuições a recolher	33.688	18.184
Provisões diversas (Nota 13)	213.798	148.031
Parcelamento de débitos fiscais - REFIS (Nota 15)	35.465	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	16.421	166.466
Outros passivos	29.317	35.689
	1.737.678	979.697
Não circulante		
Empréstimos obtidos de sociedades ligadas (Nota 8)	421.117	1.103.499
Provisão para contingências (Nota 14)	39.634	96.218
Parcelamento de débitos fiscais - REFIS (Nota 15)	65.018	168.768
Provisão para assistência médica (Nota 16(b)	171.827	155.907
Outros passivos	220	4.665
	697.816	1.529.057
	2.435.494	2.508.754
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	1.777.897	1.310.141
Ajustes de avaliação patrimonial	(57.284)	(46.278)
Prejuízos acumulados	(90.396)	(188.445)
	1.630.217	1.075.418
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.065.711	3.584.172

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Receita líquida com vendas e serviços (Nota 18)	4.292.533	3.637.722
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 24)	(2.711.243)	(2.417.806)
Lucro bruto	1.581.290	1.219.916
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas (Nota 19)	(851.713)	(744.309)
Gerais e administrativas	(384.328)	(383.851)
Depreciações e amortizações	(58.531)	(35.824)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(55.677)	61.382
Total das despesas operacionais (Nota 24)	(1.350.249)	(1.102.602)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	231.041	117.314
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9(b)	(1.650)	6.124
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 20)	(382.211)	(297.014)
Receitas financeiras (Nota 20)	299.581	135.220
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	146.761	(38.356)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7(c)		
Do exercício	–	3.046
Diferidos	(48.712)	(31.757)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	98.049	(67.067)
Lucro básico e diluído por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R$	47,08	(46,61)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	146.761	(38.356)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Depreciação e amortização	83.388	51.829
Prejuízo na venda/baixa de ativo imobilizado e intangível	(17.312)	5.171
Resultado de equivalência patrimonial	1.650	(6.124)
Juros, variações monetárias, cambiais sobre empréstimos, contingências e provisões	8.267	103.857
	222.754	116.377
Variação em saldos de ativos e passivos		
Contas a receber	(399.255)	(213.148)
Estoques	(6.780)	(24.787)
Depósitos judiciais	(54.214)	(6.339)
Impostos a recuperar	(39.320)	(21.469)
Outros ativos	(6.397)	27.484
Instrumentos financeiros ativos	27.998	(5.488)
Fornecedores	738.053	(21.153)
Salários e encargos	29.433	22.903
Impostos a recolher	15.504	87
Instrumentos financeiros passivos	(150.045)	55.400
Provisões diversas	65.767	–
Pagamento de contingências	(37.618)	(62.725)
Pagamento de plano de assistência médica	(2.452)	(5.257)
Pagamento de parcelamento de débitos fiscais REFIS	(20.688)	–
Outros passivos	(10.816)	(69.136)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	371.924	(207.251)
Juros pagos	(99.841)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	272.083	(207.251)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento na venda de ativo imobilizado	22.293	–
Aumento de capital em controladas	(4.559)	–
Aquisições de investimentos	(17.148)	(9.181)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(151.324)	(138.595)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(150.738)	(147.776)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	467.756	–
Ingressos de empréstimos - terceiros	185.124	316.183
Ingressos de empréstimos - grupo	887.054	852.943
Amortização de empréstimos	(1.624.542)	(802.253)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(84.608)	366.873
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	36.737	11.846
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.728	13.168
Caixa e equivalentes de caixa incorporado durante o exercício	–	714
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	62.465	25.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2011	2010
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	98.049	(67.067)
Outros componentes do resultado abrangente		
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	(11.006)	(41.641)
Total do resultado abrangente do exercício	87.043	(108.708)
Atribuível		
Acionistas da Companhia	87.043	(108.708)

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais estão apresentados na Nota 7.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2009	1.310.141	(121.378)	(4.637)	1.184.126
Prejuízo do exercício	–	(67.067)	–	(67.067)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	–	–	(41.641)	(41.641)
Total do resultado abrangente do exercício	–	(67.067)	(41.641)	(108.708)
Em 31 de dezembro de 2010	1.310.141	(188.445)	(46.278)	1.075.418
Total do resultado abrangente do período				
Lucro líquido do exercício	–	98.049	–	98.049
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	–	–	(11.006)	(11.006)
Total do resultado abrangente do período	–	98.049	(11.006)	87.043
Total de contribuições de acionistas				
Aumento de capital	467.756	–	–	467.756
Total das transações com acionistas	467.756	–	–	467.756
Em 31 de dezembro de 2011	1.777.897	(90.396)	(57.284)	1.630.217

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

(a) Atividade preponderante: A Bayer S.A. ("Companhia") é uma controlada integral indireta da Bayer AG (Alemanha) que opera no Brasil há 116 anos e concentra suas atividades nas áreas de Saúde, Agronegócios e Materiais Inovadores, organizadas respectivamente em três divisões: Bayer Health Care (BHC), Bayer Crop Science (BCS) e Bayer Material Science (BMS). A BHC atua nas áreas de Medicamentos Isentos de Prescrição, Produtos Farmacêuticos e Saúde Animal. A BCS é fortemente dedicada na formulação de produtos químicos, destinados à industrialização de defensivos agrícolas em geral, inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros produtos químicos correlatos para a agricultura e pecuária. A BMS produz polímeros de alto desempenho e desenvolvimento de materiais inovadores como *coatings*, adesivos, espumas para isolamento, selantes, policarbonatos, poliuretano entre outros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 24 de fevereiro de 2012.

(b) Incorporação da Intendis do Brasil: Em 1º de janeiro de 2010, a Bayer S.A. adquiriu o controle acionário de 99,99% da Intendis do Brasil Farmacêutica Ltda. ("Intendis"), através da compra de 6.239.375 quotas do capital social de valor nominal igual a R$ 1,00. Como parte do processo de reorganização societária do grupo no Brasil buscando a consolidação de suas atividades, em 1º de outubro de 2010, a Companhia deliberou pela incorporação da Intendis, cujo acervo líquido, na data de incorporação, totalizava a R$ 15.558.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixas e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a companhia não possuía ativos classificados como disponível para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa

continua →

categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "Contas a receber e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro no período em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio, quando aplicável.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

(f) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

(i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

(ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. Os derivativos mantidos pela Companhia não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como resultado financeiro.

(a) Operações de *forward* e *swap* de moedas e juros: Os valores nominais em aberto de operações de *forward* e *swap* de moedas não são registrados no balanço patrimonial, porém as perdas e ganhos líquidos não realizados dessas operações, apurados com base no valor de mercado, são reconhecidos, em atendimento ao regime de competência de exercícios, na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" com contrapartida ao resultado financeiro.

(b) Cédula do Produtor Rural: A Cédula do Produtor Rural (CPR) é um título representativo de uma obrigação com promessa de entrega de produtos rurais, regulada pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. Trata-se de título cambial assemelhado, negociável no mercado e que permite ao produtor rural ou suas cooperativas obterem recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento. Seu tratamento contábil é similar ao de duplicatas a receber de clientes.

2.6 Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). As contas a receber são descontadas de juros através da avaliação do valor presente, calculado com base em uma taxa referencial de juros, que segue a tendência do indicador SELIC, e que se aproxima de forma realista das diversas taxas das vendas a prazo aplicadas por cada uma das divisões da Bayer. Essa taxa em 31 de dezembro de 2011 correspondia a aproximadamente, 12,00% a.a. (31 de dezembro de 2010 - 10,75% a.a.). As contas a receber de clientes vinculados com certificados do produtor rural (Cédulas do Produtor Rural (CPRs)), são apresentadas aos valores de mercado de cada produto agrícola. Os produtos agrícolas que se encontram vinculados com contratos de venda futuro ou com contratos de mercado futuro ou de opções são registrados pelo seu valor de realização pelo seu valor de mercado, respectivamente.

2.7 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade (Nota 14).

2.9 Investimentos em controladas

(a) Custo e/ou valor patrimonial: Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente *impairment* do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades.

(b) Ágio/deságio: O ágio ou deságio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado em: (i) mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos e (ii) rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra, ambos registrados em Investimentos. A parcela fundamentada na mais-valia de ativos e passivos é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos na empresa adquirida são realizados. A parcela fundamentada em expectativas de resultado futuro foi amortizada, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. Após aquela data, este ágio não sofre amortização e está sujeito a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.12. O deságio, sem fundamentação econômica, é amortizado somente quando da alienação do investimento.

2.10 Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Construções e benfeitorias em terrenos	15 - 30
Máquinas e equipamentos	10 - 30
Veículos	5 - 12
Equipamentos de informática	3 - 5
Móveis e utensílios	10 - 12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) *Softwares:* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O *software* pode ser usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(b) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de três a dez anos.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões: As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O ativo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor justo dos ativos do plano menos o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Assistência médica pós-aposentadoria: A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando (i) o funcionário possua mais de 55 anos de idade e (ii) tenha cumprido com um período de no mínimo dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros e bônus: Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita:

- Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras.
- A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras.
- A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera sejam quitadas.

2.18 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos: A Companhia fabrica e vende uma variedade de produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente ou distribuidor, o qual, neste caso, passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo distribuidor. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o distribuidor; (iii) o distribuidor ou cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções.

(b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas à receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas à receber.

2.19 Arrendamentos: Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são

continua ✷

capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

3. Caixa e equivalente de caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o saldo era representado pelos depósitos bancários.

4. Contas a receber

Contas a receber de clientes	2011	2010
No País	2.122.285	1.797.572
No exterior	6.525	6.491
De sociedades ligadas (Nota 8)	49.927	33.702
Contas a receber vinculados com Cédulas de Produtores Rurais (CPR)	126.353	90.520
Contas a receber de clientes dadas em garantia	144.682	116.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(235.295)	(234.073)
	2.214.477	1.810.634
Ativo circulante	(2.198.977)	(1.776.420)
Não circulante	15.500	34.214

A Companhia efetuou o registro dos impactos de valor presente dos ativos de contas a receber de clientes de longo prazo e curto prazo quando significativos. O ajuste foi aplicado para a divisão BCS, que detém o maior volume de contas a receber e prazo de vencimento com data superior 60 dias. Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes, no total de R$ 235.295 (2010 - R$ 234.073) estavam *impaired* e provisionadas. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	2011	2010
Até seis meses	15.242	19.565
Acima de seis meses	219.873	214.508
	235.295	234.073

(a) Qualidade dos créditos: A qualidade do crédito dos ativos financeiros é elaborada a partir de classificação interna realizada pela administração, conforme segue:

Contrapartes com classificação de crédito	2011	2010
Baixo risco	869.132	586.821
Médio risco	873.699	728.466
Alto risco	471.646	495.347
Total do contas a receber	2.214.477	1.810.634

(b) *Impairment:* Em 31 de dezembro de 2011, no consolidado contas a receber de clientes no valor de R$ 90.742 (2010 - R$ 144.963) encontram-se vencidas a mais de 180 dias, mas não *impaired*. Segundo avaliação uma parcela do contas à receber deve ser recuperada. O cálculo de *impairment* é feito aplicando-se a norma interna de avaliação de títulos de recebimento duvidoso (modelo de fluxo de caixa descontado), onde para cada classe de risco e, de acordo com o *aging*, um percentual específico é aplicado.

	2011	2010
Total de itens vencidos > 180 dias	376.911	379.036
Total *impaired*	(235.295)	(234.073)
Total não *impaired*	90.742	144.963

5. Estoques

	2011	2010
Produtos acabados e mercadorias de revenda	408.228	414.962
Produtos semi-elaborados	10.234	6.658
Matérias-primas	94.022	103.504
Materiais diversos	30.491	26.072
Importações em trânsito	89.873	74.872
	632.848	626.068
Provisão para perdas na realização dos estoques	(61.567)	(83.661)
	571.281	542.407

6. Impostos a recuperar

	2011	2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar	96.442	49.983
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a recuperar	660	5.451
Imposto de importação a recuperar	2.974	2.239
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.494	12.031
Outros	–	546
	109.570	70.250
Ativo circulante	(94.216)	(57.810)
Não circulante	15.354	12.440

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição dos tributos diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2011			2010		
Provisões	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Provisão para realização dos estoques	18.742	6.745	25.487	24.659	8.877	33.536
Provisão relacionada ao lucro bruto de receita de vendas não reconhecidas	10.449	3.762	14.211	312	112	424
Provisão para participação nos resultados	20.664	7.439	28.103	14.692	5.289	19.981
Provisão para fretes	2.883	1.038	3.921	2.664	959	3.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e ajuste ao valor de realização	9.092	3.273	12.365	10.386	3.739	14.125
Provisão para contingências	48.956	17.624	66.580	98.300	35.388	133.688
Provisão para descontinuidade operacional	30.207	10.874	41.081	24.672	8.882	33.554
Provisão para realização de terrenos destinados à venda	–	–	–	1.852	667	2.519
Provisão para assistência médica	42.957	15.464	58.421	38.978	14.032	53.010
Obrigação de benefícios de aposentadoria	20.760	7.474	28.234	16.591	5.973	22.564
Outras provisões	27.263	9.806	37.069	40.837	14.695	55.532
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	–	–	108.131	32.243	140.374
Provisão para perdas pela não realização	–	–	–	(56.914)	(20.489)	(77.403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	231.973	83.499	315.472	325.160	110.367	435.527

(b) Período estimado de realização: Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2011
2012	133.356
2013	11.323
2014	28.086
2015	24.914
A partir de 2016	117.793
	315.472

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. Para o exercício contábil em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a avaliação da realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Como resultado desta análise, a Companhia reconheceu o montante de R$ 77.403, a título de provisão para perdas (*impairment*) pela não realização destes saldos com base em lucro tributável futuro. Para o exercício de 2011, a Companhia optou pelo não reconhecimento dos saldos de imposto de renda e contribuição diferidas corresponde ao prejuízo do ano corrente. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefício de aposentadoria	Provisões	Perdas de *impairtment*	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2010	2.389	306.852	–	70.071	66.032	445.344
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	20.175	(12.392)	(77.403)	70.303	(10.500)	(9.817)
Em 31 de dezembro de 2010	22.564	294.460	(77.403)	140.374	55.532	435.527
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	5.670	(44.291)	77.403	(140.374)	(18.463)	(120.055)
Em 31 de dezembro de 2011	28.234	250.169	–	–	37.069	315.472

(c) Reconciliação da receita (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	146.761	(38.356)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(49.899)	13.041
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Doações e brindes	(1.981)	(2.551)
Preço de transferência	(1.670)	(2.028)
Inovação tecnológica	–	3.871
Impactos do regime tributário de transição	–	(16.110)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	(3.967)	9.746
Prejuízo fiscal sem perspectiva de realização (*impairment*)	–	(77.403)
Efeitos relacionados à adesão ao REFIS	8.805	42.723
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(48.712)	(28.711)

8. Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Saldos e transações

	Bayer CropScience Monheim A.G. - Alemanha	Bayer S.A. - Venezuela	KVP Pharma - Alemanha	BAYPO Ltda. - EUA	Schering do Brasil Indústria Química Ltda.	Bayer S.A. - Bélgica	Bayer S.A. Panamá	Bayer de México S.A.	Bayer Business Services GmbH	Bayer S.A. - Chile	Bayer S.A. - Costa Rica	Bayer S.A. - Argentina	Bayer Health Care - LLC	Bayer Material LLC - EUA	Bayer Consumer Care - Suíça	Bayer Material Science - AG	Bayer Health Care - AG	Outros	2011 Total	2010 Total
Ativo circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber (Nota 4)	10.570	959	–	–	1.826		530	2.732	852	99	210	94	1.629	314	–	358	27.206	2.548	49.927	33.702
Passivo circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fornecedores	528.046	6	12.193	3.380	166.282	–	–	3.033	4.109	6	–	8.092	2.681	18.180	3.508	53.927	114.328	9.494	927.265	243.127
Passivo não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Empréstimo (*)	–	–	–	–	–	421.117	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	421.117	1.103.499
Transações	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Compras de matéria-prima	1.093.171	–	20.380	8.414	–	–	–	19.275	–	–	–	51.955	17.112	94.765	34.423	86.276	192.677	47.037	1.665.485	1.590.304
Receita de vendas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
de produtos e serviços	50.006	4.872	–	–	4.713	–	3.632	5.483	3.722	1.145	1.439	2.012	8.709	1.868		3.939	139.461	8.322	239.323	125.274
Despesas de vendas -	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
comissões	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas financeiras	–	–	–	–	–	11.084	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	11.084	2.281

(*) Com o objetivo de financiar e expandir suas operações, a Companhia contraiu empréstimos com sociedade ligada no valor de R$ 421.117 (2010 - R$ 1.103.499). O valor devido está corrigido por juros fixos definidos pela sociedade parceira cedente.

Valores originais expressos em moeda estrangeira, convertidos pelas respectivas taxas, para os exercícios sociais findos nessas datas.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, referente a salários e encargos, participação nos lucros e reembolso de despesas totaliza R$ 3.588 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro de 2010 - R$ 4.552).

9. Investimentos

(a) Informações sobre investimentos

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia - %			
	Ordinárias	Quotas de capital	No capital social integralizado	No capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Em 31 de dezembro de 2010						
Farmaco Ltda.	–	122.461	99,99	–	313	(25)
Campo Limpo Reciclagem Transformação de Plásticos S.A.	1.000.000	–	19,85	–	4.036	(203)
Bayer Distribuidora Ltda.	–	999.999	–	99,99	1.042	(25)
Em 31 de dezembro de 2011	–	–	–	–	–	–
Farmaco Ltda.	–	122.461	99,99	–	293	(46)
Campo Limpo Reciclagem Transformação de Plásticos S.A.	1.000.000		19,85	–	3.350	(2.617)
Bayer Distribuidora Ltda.	–	999.999	–	99,99	1.045	3
Goiânia Investimento e Participações Ltda.	–	6.902.002	99,99	–	3.905	3.064

(b) Movimentação dos investimentos

	Farmaco Ltda.	Campo Limpo Reciclagem Transformação Plásticos S.A.	Bayer Distribuidora Ltda.	Goiânia Investimento e Participações Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2010	312	801	1.045		2.158
Aquisição de investimento em 1º de junho de 2011 (i)	–	–	–	17.148	17.148
Aumento de Capital (ii)	–	–	–	4.559	4.559
Equivalência patrimonial	(19)	(136)	–	(1.495)	(1.650)
Em 31 de dezembro de 2011	293	665	1.045	20.212	22.215
Composição do saldo	–	–	–		
Valor do investimento	293	665	1.045	3.904	5.907
Valor do ágio	–	–	–	16.308	16.308
	293	665	1.045	20.212	22.215

(i) No dia 1º de junho de 2011, foram adquiridos pela Companhia, 99,99% quotas do capital da empresa Goiânia Investimentos e Participações Ltda., cujo montante total do patrimônio líquido na data da aquisição era de R$ 840, fazendo com o que o ágio no investimento decorrente da mais-valia de expectativas de resultado futuro, representassem um total de R$ 16.308. (ii) Através de instrumento particular de alteração contratual de sociedade limitada, data de 21 de novembro de 2011, houve o aumento do capital social, através da emissão de 4.558.603 cotas de valor nominal de R$ 1,00, perfazendo um o valor integralizado na referida data de R$ 4.559 mil.

10. Imobilizado

	Terrenos	Construções e benfeitorias em terrenos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.279	36.474	115.479	13.630	7.867	32.232	219.961	138.749	358.710
Aquisição	–	7.423	42.191	1.589	990	11.187	63.380	68.043	131.423
Alienação e baixas	–	(975)	(208)	(922)	(144)	(2.885)	(5.134)	–	(5.134)
Transferências	–	26.012	49.556	4.538	1.609	4.715	86.430	(88.763)	(2.333)
Depreciação	–	(6.673)	(13.528)	(2.751)	(5.234)	(16.533)	(44.719)	–	(44.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	14.279	62.261	193.490	16.084	5.088	28.716	319.918	118.029	437.947
Custo total	14.279	203.556	551.988	37.099	37.184	85.133	929.239	118.029	1.047.268
Depreciação acumulada	–	(141.295)	(358.498)	(21.015)	(32.096)	(56.417)	(609.321)	–	(609.321)
Valor residual	14.279	62.261	193.490	16.084	5.088	28.716	319.918	118.029	437.947
Saldos em 1º de janeiro de 2011	14.279	62.261	193.490	16.084	5.088	28.716	319.918	118.029	437.947
Aquisição	28.920	7.852	13.518	1.486	3.611	32.660	88.047	43.929	131.976
Alienação e baixas	(1.008)	(735)	(1.123)	(104)	(43)	(7.777)	(10.790)	–	(10.790)
Transferências	–	14.008	67.099	3.390	6.065	3.258	93.820	(93.997)	(177)
Depreciação	(6.954)	(7.629)	(32.588)	(2.669)	(5.775)	(19.995)	(75.610)	–	(75.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.237	75.757	240.396	18.187	8.946	36.862	415.385	67.961	483.346
Custo total	41.204	202.274	624.631	40.328	44.922	94.042	1.047.401	67.961	1.115.362
Depreciação acumulada	(5.967)	(126.517)	(384.235)	(22.141)	(35.976)	(57.180)	(632.016)	–	(632.016)
Valor residual	35.237	75.757	240.396	18.187	8.946	36.862	415.385	67.961	483.346
Vida útil do imobilizado em anos		15 a 30	10 a 30	10 a 12	3 a 5	5 a 12			

continua →✷

A depreciação do período, alocada ao custo de produção, totaliza R$ 58.531 (2010 - R$ 35.824), respectivamente.

11 Intangível

	Marcas, patentes e processos	*Software*	*Goodwill*	Total em operações
Saldos em 1º de janeiro de 2010	–	13.747	4.954	18.701
Aquisição	4.333	3.540	–	7.873
Alienação e baixas	–	(37)	–	(37)
Transferências	–	2.333	–	2.333
Amortização	(1.528)	(5.582)	–	(7.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.805	14.001	4.954	21.760
Custo total	4.361	43.212	71.216	118.789
Amortização acumulada	(1.556)	(29.211)	(66.262)	(97.029)
Valor residual	2.805	14.001	4.954	21.760
Saldos em 1º de janeiro de 2011	2.805	14.001	4.954	21.760
Aquisição	16.205	3.143	–	19.348
Alienação e baixas	–	1	–	1
Transferências	171	4	–	175
Amortização	(3.054)	(4.724)	–	(7.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	16.127	12.425	4.954	33.506
Custo total	20.710	45.877	71.216	137.803
Amortização acumulada	(4.583)	(33.452)	(66.262)	(104.297)
Valor residual	16.127	12.425	4.954	33.506
Vida útil do intangível em anos	3 a 10	3	–	–

12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros - %	2011	2010	Ingressos	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Variação
Moeda nacional							
Crédito rural	Obrigação vinculada com contas a receber dadas em garantia - 6,75 a.a.	144.682	116.422	154.059	(117.793)	(8.007)	28.260
Contratos de *leasing*	Indexado à taxa de 100 do CDI	12.522	41.490	–	(26.121)	(2.847)	(28.968)
Empréstimo conta garantida	Indexado à taxa de 115 do CDI	–	180	–	180	–	(180)
Financiamento a importação	Indexado à variação cambial (USD)	31.064	–	31.064	–	–	31.064
		188.268	158.092	185.123	(143.734)	(10.854)	30.176

13. Provisões diversas

Provisões para	2011	2010
Campanhas de venda	119.865	79.942
Reestruturação (*)	2.468	10.195
Descontos e fretes	11.528	10.655
Comissões	825	2.044
Descontos especiais - rebates	959	2.191
Devoluções	40.676	2.106
Outras	37.477	40.898
	213.798	148.031

(*) A provisão de reestruturação refere-se ao encerramento das atividades produtivas em duas plantas da companhia, sendo uma localizada em São Paulo e a outra no estado do Rio Grande do Sul (RS).

14. Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais 2011	Depósitos judiciais 2010	Provisões para contingências 2011	Provisões para contingências 2010
Contingências tributárias	139.809	113.411	108.301	126.053
Contingências trabalhistas e previdenciárias	14.124	14.178	42.435	34.121
Reclamações cíveis	21.440	48.034	64.271	111.667
	175.373	175.623	215.007	271.841
Menos depósitos judiciais	–	–	(175.373)	(175.623)
	–	–	39.634	96.218

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	126.053	34.121	111.667	271.841
Adições	1.954	15.702	12.905	30.561
Pagamentos	(1.280)	(5.585)	(30.753)	(37.618)
Reversões	(1.270)	(5.452)	(41.801)	(48.523)
Parcelamento (Nota 15)	(23.511)	–	–	(23.511)
Atualizações monetárias	6.355	3.649	12.253	22.257
Saldo em 31 de dezembro de 2011	108.301	42.435	64.271	215.007

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

(a) Os principais processos de natureza tributária em discussão estão apresentados a seguir:

(i) Inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referente ao período de dezembro de 1994 até fevereiro de 1995. A administração da Companhia entende que o ICMS não deve ser considerado como base de cálculo da receita.

(ii) Discussão da incidência do Seguro Acidente de Trabalho (SAT) diferenciado considerando o grau de risco de cada um dos estabelecimentos comerciais da Companhia quando a interpretação da administração da Companhia é de que deve ser considerada a atividade preponderante em conformidade com a legislação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

(iii) Créditos de IPI provenientes de operações realizadas com usineiros utilizados na compensação dos valores a pagar das contribuições sociais de PIS e COFINS devidas pela Companhia.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas.

(c) Ações cíveis referem-se substancialmente a casos a indenizações por perdas e danos e por prováveis perdas por rompimento não previstos em contrato com fornecedores ou prestadores de serviços.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Tributárias	136.723	119.058
Cíveis	259.599	234.414
Trabalhistas	50.624	43.419
	446.946	396.891

15. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Em 30 de junho de 2011, a Receita Federal do Brasil publicou a consolidação dos débitos, oficializando o parcelamento.

	2010
Saldo em 1º de janeiro de 2010	157.807
Adições de novos processos	663
Atualização monetária	10.298
Saldo em 31 de dezembro de 2010	168.768
Adição de novos processos (Nota 14)	23.511
Atualização monetária	5.996
Valor de Ajuste Homologação Receita Federal - 30 de junho de 2011	(91)
Utilização de prejuízos fiscais	(77.013)
Pagamentos	(20.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	100.483
Circulante	(35.465)
Não circulante	65.018

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

(a) Parcelamento efetuado em 41 meses.

(b) Aumento decorrente da atualização monetária do passivo, com base na taxa SELIC, no montante de R$ 5.992 reconhecido na demonstração do resultado como despesa financeira.

(c) O valor de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social utilizados para consolidação dos débitos totalizou R$ 62.970.

(d) Abrangência dos principais débitos parcelados (valores referencias de 31 de dezembro 2010, antes das consolidação do parcelamento):

(i) execução fiscal de COFINS, em decorrência da realização do recolhimento da contribuição sem o acréscimo do ICMS em sua base de cálculo. R$ 22.469;

(ii) auto de infração de glosa créditos de IPI oriundos da entrada de insumos tributado à alíquota zero. R$ 18.662;

(iii) notificação fiscal de recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas salariais - participação nos lucros R$ 13.319;

(iv) execução fiscal de cobrança do adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) R$ 7.777;

(v) ação declaratória para o recolhimento da COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 (base de cálculo e alíquota) - R$ 46.338.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

16. Benefícios a empregados

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios como seguro de vida, plano de saúde e assistência médica. Desde 1982, a Companhia oferece aos funcionários advindos da Bayer S.A. plano de previdência privada na modalidade de benefício definido e assistência médica pós-aposentadoria, sendo a principal patrocinadora da Previbayer - Sociedade de Previdência Privada.

(a) Previbayer - Sociedade de Previdência Privada: A Companhia é patrocinadora instituidora da entidade de previdência privada denominada Previbayer - Sociedade de Previdência Privada, a qual objetiva complementar os benefícios previdenciários oficiais e promover o bem-estar social de seus participantes; nesse plano de previdência estão inseridos os funcionários da Bayer S.A. As contribuições da patrocinadora são efetuadas mensalmente e o regime atuarial estabelecido para a complementação da aposentadoria é de benefício definido, determinado anualmente com base em cálculo atuarial procedido por atuário independente.

A posição atuarial do fundo é a seguinte:

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(700.472)	(643.840)
Valor justo dos ativos	779.822	737.366
Superávit atuarial - antecipações de contribuições futuras	79.350	93.526

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	(643.840)	(515.119)
Custo do serviço corrente	(18.256)	(14.684)
Custo financeiro	(66.270)	(57.956)
Perdas atuariais	2.513	(76.196)
Benefícios pagos	25.381	20.115
Em 31 de dezembro	(700.472)	(643.840)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	737.366	661.738
Retorno esperado sobre os ativos do plano	86.961	81.594
Ganhos atuariais	(19.124)	14.150
Benefícios pagos	(25.381)	(20.116)
Em 31 de dezembro	779.822	737.366

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2011	2010
Custo dos serviços correntes	18.256	14.684
Custo financeiro	66.270	57.956
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(86.961)	(81.594)
Total incluído nos custos de pessoal	(2.435)	(8.954)

A Companhia reconhece o superávit atuarial existente devido a sua intenção, conforme decisão da administração, de reduzir as suas contribuições futuras ao plano. Os ganhos (perdas) identificados anteriormente estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos (perdas) atuariais. A Companhia adota a política de reconhecer esses ganhos (perdas) como receita (despesa) apenas quando seus montantes acumulados excederem, em cada exercício, o maior dos seguintes limites: (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano. A parcela a ser reconhecida é amortizada anualmente, dividindo-se seu montante pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. Para determinação dos passivos e custos com pós-empregados relativamente ao plano de complementação de aposentadoria, foi adotado o método atuarial do crédito unitário projetado, estando apresentadas a seguir as premissas utilizadas:

	Percentual - a.a. 2011	Percentual - a.a. 2010
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto (nominal)	10,50	10,50
Taxa de retorno esperado dos ativos (nominal)	11,5	12
Taxa de retorno esperada dos custos com pensão	4,5	4,5
Taxa esperada de aumento salarial (nominal)	7,5	7,5
Inflação	4,5	4,5
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84

(b) Assistência médica: A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários advindos da Bayer S.A., porém admitidos até 31 de dezembro de 1998, com o objetivo de promover o bem-estar de seus participantes. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente. A movimentação da provisão para assistência médica registrada no exigível a longo prazo foi a seguinte:

	2011	2010
Saldo inicial	155.907	142.664
Benefícios pagos	(2.452)	(5.257)
Custo do serviço corrente e juros sobre a obrigação atuarial	18.307	17.454
Perdas atuariais, líquidas	65	1.046
Passivo atuarial	171.827	155.907

As premissas utilizadas pelos atuários independentes para o cálculo da provisão para assistência médica estão demonstradas a seguir:

	Percentual - % a.a. 2011	Percentual - % a.a. 2010
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto (nominal)	10,50	10,50
Taxa de retorno esperada dos custos com assistência médica (nominal)	10	10
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2011 subscrito e integralizado no valor de R$ 1.777.897 (2010 - R$ 1.310.141) está dividido em ações, no valor de R$ 0,85369 cada ação (2010 - R$ 0,91055), como segue:

Quantidade de ações/quotas	2011	2010
Bayer Gesellschaft für Beteiligungen GmbH	2.954	2.954
Bayer Hispania S.L.	2.082.609.361	1.438.850.177
	2.082.612.315	1.438.853.131

Em 31 de dezembro de 2011, o capital estrangeiro totalmente integralizado e registrado no Banco Central do Brasil (BACEN) estava representado por US$ 631.198 dólares norte-americanos (2010 - US$ 359.892), 159.292 euros, 39.758 dólares canadenses e 1.462 francos suíços. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares das ações da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

(b) Aumento do capital social: Em 16 de dezembro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 467.755 mediante a emissão de 643.759.184 ações ordinárias, escriturais. As quotas foram subscritas e integralizadas em moeda corrente, através da sócia Bayer Hispania S.L. A partir de 16 de dezembro de 2011, o capital social da empresa passou de R$ 1.310.141 para R$ 1.777.896.

18. Reconciliação da receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Receita com vendas		
Venda de produtos	4.812.540	4.064.848
Prestação de serviços	92.053	72.540
	4.904.593	4.137.388
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas e serviços	(380.245)	(337.878)
Devoluções de vendas	(231.815)	(161.788)
Receita líquida	4.292.533	3.637.722

19. Despesa com vendas

	2011	2010
Despesas com propaganda	(163.057)	(159.350)
Marketing externo (agentes, representantes etc.)	(368.424)	(312.580)
Publicidade e informação de vendas	(159.842)	(123.795)
Pessoal	(66.334)	(64.681)
Outras	(94.056)	(83.903)
	(851.713)	(744.309)

20. Resultado financeiro

	2011	2010
Despesa financeira		
Despesas financeiras	(256.050)	(179.225)
Variações monetária passivas	(126.161)	(117.789)
	(382.211)	(297.014)
Receita financeira		
Receitas financeiras	165.766	34.089
Variações monetárias ativas	133.815	101.131
	299.581	135.220
	(82.630)	(161.794)

21 Gestão de risco financeiro

21.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia que usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela sua matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações

continua ✷

estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades do Grupo usam contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2011		2010	
	Dólares norte-americanos	Reais	Dólares norte-americanos	Reais
Ativo				
Contas a receber - grupo	25.653	48.102	15.705	26.164
Contas a receber - terceiros	3.480	6.525	4.166	6.941
Passivo				
Fornecedores - grupo	(405.685)	(760.983)	(118.135)	(196.813)
Fornecedores - terceiros	(2.399)	(4.500)	(4.253)	(7.086)
Empréstimos - grupo	(224.500)	(421.117)	(662.364)	(1.103.499)
Exposição líquida	(603.451)	(1.131.973)	(764.881)	(1.274.293)

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter aproximadamente 60% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. Durante 2011 os empréstimos com parte relacionada (Bayer Antuerpen NV) que foram vencendo ao longo do ano, foram renovados em reais a taxas prefixadas e não mais em dólares americanos como em 2010. Ao final do ano, com a integralização do capital mediante capitalização de recursos (entrada de caixa), a Companhia liquidou grande parte dos empréstimos. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

(c) Risco de liquidez: O risco da Companhia é não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar a seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazos entre os recebimentos e pagamentos. O planejamento financeiro é preparado pela área de Negócios. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta a fluxo de caixa para o período de 15 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de curto prazo e com liquidez diária, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos	31.064	421.117	–	–
Obrigações com arrendamento financeiro	12.522	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	29.451	–	–	–
Fornecedores e outras obrigações (iii)	1.075.060	–	–	–
Garantias financeiras	153.237	10.693	69.094	2.176
Em 31 de dezembro de 2010 (i)				
Empréstimos	1.186.985	–	–	–
Obrigações com arrendamento financeiro	35.558	14.265	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	75.279	–	–	–
Fornecedores e outras obrigações (iii)	337.007	–	–	–
Garantias financeiras	110.582	2.957	2.883	–

As garantias financeiras e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações. As entidades podem optar por adicionar uma coluna de conciliação e um total final correspondente ao valor do balanço patrimonial, se assim desejarem.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

21.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir o aumento sustentável do valor do Grupo Bayer para benefício de seus acionistas mundiais através de boa liquidez e credibilidade. A busca por estes objetivos é representada pela manutenção do custo de capital, pela otimização de sua estrutura, aperfeiçoando seus fluxos de caixa bem como a gestão efetiva de toda a espécie de risco. A gestão do capital é uma função exercida pela matriz da Companhia em sua sede em Leverkusen, na Alemanha, onde o capital é avaliado em um âmbito global. Agências comissionadas contratadas pelo Grupo Bayer provêm indicadores para grau de risco financeiro, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito da companhia. A estratégia mundial para gestão do capital do Grupo é baseada nestes indicadores, especificamente para o indicador que compara o nível do fluxo de caixa e o endividamento - alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A estratégia consiste em manter o Grupo dentro do quadrante de Nível "A" (*best in class rating*) e a preservação da capacidade de liquidez financeira. Além da utilização dos ingressos de fluxos de caixa oriundos de sua atividade operacional, o Grupo implementou ainda sua estratégia de manutenção do capital fazendo uso de veículos tais como programa de venda de pacotes de ações, aumento de capital com base nas resoluções em suas reuniões anuais com acionistas, entre outros. Em consonância com a estratégia do Grupo, a Bayer no Brasil teve seu capital social aumentado em 2011 (Nota 17). Maiores detalhes sobre a gestão de capital consolidada do Grupo Bayer estão divulgados demonstrações financeiras consolidadas da Bayer AG.

21.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	21.499	696.858	718.357
Total do ativo	21.499	696.858	718.357
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	–	253.120	253.120
Total do passivo	–	253.120	253.120

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	–	33.184	33.184
Total do ativo	–	33.184	33.184
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	–	166.466	166.466
Total do passivo	–	166.466	166.466

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

22. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Ganhos/ (perdas) realizados		Ganhos/ (perdas) não realizados	
Tipo	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contratos futuros								
Compromissos de compra								
Moeda estrangeira	244.438	157.922	230.646	161.671	22.587	(35.168)	13.793	(3.749)
Compromissos de venda								
Moeda estrangeira	446.525	414.555	417.979	425.991	13.330	30.540	(28.546)	11.436
Compromissos de venda								
Moeda estrangeira - CPR	117.310	150.320	116.406	155.302	7.055	2.602	(905)	4.982
Contratos de opções								
Posição titular - venda								
Commodities	161.434	245.679	162.474	324.988	(61.383)	14.672	(1.040)	(79.345)
Contratos de *swap*								
Posição passiva								
Taxas (CDI pós)	26.274	750.012	22.474	810.967	(94.527)	(90.136)	3.800	(60.955)
Contratos de futuros (BMF)	23.162	6.965	21.499	12.616	–	–	1.662	(5.651)
Total do ganho não realizado							(11.236)	(133.282)
Instrumentos financeiros posição ativa							5.185	33.184
Instrumentos financeiros posição passiva							(16.421)	(166.466)

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil, bem como na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

(a) Contratos futuros: Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger importações de matéria-prima.

(b) Contratos de opções: São contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia em virtude da flutuação dos preços dos mercados mundiais para os seus produtos e/ou insumos.

(c) Contratos de *swap:* São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o real.

22.1 Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

(a) Futuros: São avaliados pelo valor presente da diferença entre o valor estimado do ativo para a data do vencimento, obtido pela interpolação de dados de mercado informados por aquele mercado na data-base, e o valor de referência do contrato no vencimento (*strike price*).

(b) Opções: A precificação é efetuada por meio da modelo Black & Scholes, que considera a volatilidade e o preço do ativo-objeto, o preço do exercício da opção, a taxa de juros e o período até o vencimento.

(c) *Swaps:* São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador, foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de *swap*.

22.2 Cédula do Produtor Rural e venda futura de contratos contendo produtos agrícolas: A Cédula do Produtor Rural (CPR) é um certificado emitido pelo produtor rural registrado em cartório permitindo a este comercializar uma parcela de sua produção antes do início do plantio. Avaliado como um instrumento de baixo risco de crédito e de liquidez e em determinados casos, a administração da Bayer S.A. tem adotado o procedimento de troca de insumos agrícolas por CPRs emitidas por produtores rurais tendo como base uma relação de equivalência de valores entre insumos agrícolas e quantidade, qualidade e data de entrega dos produtos agrícolas pelos produtores rurais. Para proteger-se do risco de flutuação dos produtos agrícolas que estão garantidos por cédulas do produtor rural, a administração da Companhia negocia contratos de venda futura com empresas comerciais exportadoras (*traders*) onde são contratualmente definidas as quantidades, qualidade, datas de entrega e preço dos produtos agrícolas. A posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010 referente a transações com CPRs e os correspondentes contratos de produtos agrícolas já compromissados estão resumidos conforme demonstrado a seguir:

	Valor das CPRs	
	2011	2010
Café	34.945	55.093
Soja	27.392	44.548
Algodão	49.185	64.431
Milho	1.430	775
	112.952	164.847
Instrumentos financeiros derivativos - opções	13.401	(74.327)
	126.353	90.520

23. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	–	5.185	5.185
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	2.142.583	126.353	2.268.936
Aplicação financeira vinculada	1.217	–	1.217
Caixa e equivalentes de caixa	62.465	–	62.465
	2.206.265	131.538	2.337.803
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço Patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	–	33.184	33.184
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.768.177	90.520	1.858.697
Aplicação financeira vinculada	4.285	–	4.285
Caixa e equivalentes de caixa	25.728	–	25.728
	1.798.190	123.704	1.921.894

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado
31 de dezembro de 2011	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	596.863
Obrigações de arrendamento financeiro	12.522
Instrumentos financeiros derivativos	16.421
Salários e encargos sociais	145.661
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	1.075.280
	1.846.747
31 de dezembro de 2010	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	1.220.101
Obrigações de arrendamento financeiro	41.490
Instrumentos financeiros derivativos	166.466
Salários e encargos sociais	116.228
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	377.361
	1.921.646

24. Despesas por natureza

	2011	2010
Despesas gerais e administrativas	384.328	383.851
Despesa com vendas	851.713	744.309
Depreciações e amortizações	58.531	35.824
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	55.677	(61.382)
Total de custos de produtos vendidos e	1.350.249	1.102.602
Despesas com pessoal	(677.461)	(605.667)
Despesas com manutenção	(43.731)	(46.408)
Despesas com fretes	(83.256)	(67.342)
Despesas com seguros	(21.412)	(19.729)
Despesas com serviços	(144.645)	(167.882)
Despesas com pesquisas e desenvolvimentos	(30.281)	(22.278)
Despesas com brindes, propaganda e *marketing*	(115.841)	(95.303)
Despesas com viagens e veículos	(82.051)	(92.890)
Despesas com contribuições, impostos e taxas	(35.723)	(35.855)
Despesas com depreciação e amortizações	(83.389)	(67.290)
Demais (despesas) receitas operacionais	(32.459)	118.042
Total de despesas e receitas operacionais	(1.350.249)	(1.102.602)

25. Garantias

Existem garantias prestadas pela Companhia a instituições financeiras, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:

	Tipo de garantia	2011	2010
Crédito rural	Carta de fiança	144.682	116.422
Processos judiciais diversos	Carta de fiança	90.518	120.165
		235.200	236.587

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2011, cobertura de seguros contra riscos operacionais (estoques, bens do ativo permanente, lucros cessantes, entre outros) no valor de R$ 1.156.894 (2010 - R$ 1.200.000), e cobertura de seguros contra riscos de responsabilidade civil no valor de R$ 2.282 (2010 - R$ 2.603).

27. Compromissos

Os compromissos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	2011	2010
Imobilizado	32.173	28.255
	32.173	28.255

Diretoria

Theo van der Loo – Presidente

Martin Gellert – Vice-Presidente

Contador

Paulo Ricardo Brehmer Serem

CRC(SP) nº 1SP 244.234/O-1

continua ✷

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Bayer S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da **Bayer S.A.** (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras já referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bayer S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2012

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador
CRC 1SP195838/O-31